**Irmandade do Rosário dos Pretos: festas e religiosidades no Arraial do Carmo,
antigo Norte Goiano - século XIX - Brasil.**

Noeci Carvalho Messias

E-mail: noeci@uft.edu.br

Universidade Federal do Tocantins / Brasil

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre a atuação da Irmandade de Senhora do Rosário dos Pretos, no Arraial do Carmo, no antigo Norte Goiano - século XIX - Brasil e perceber como eram construídos os espaços de sociabilidades e devoção dos membros daquela associação. As irmandades, nas diversas regiões brasileiras, instituíram uma religiosidade própria. Denota-se que a Irmandade do Rosário dos Pretos desempenhou funções significativas no antigo Arraial do Carmo, enquanto mantenedora da ordem devocional, do bem-estar coletivo e aglutinadores sociais. Analisando os documentos paroquiais, do período em questão, observa-se que um dos aspectos que envolvia a sociedade do referido arraial daquela época eram as festas religiosas promovidas por aquela irmandade. Uma das principais atividades das irmandades era a promoção da vida lúdica, ou estabelecer o estado de lazer e prazer de seus membros e da comunidade negra em geral. Assim, as irmandades organizavam festas em homenagem aos santos padroeiros, ou de devoção. Passado mais de um século tais práticas religiosas continuam sendo recriadas e revividas anualmente pela comunidade carmelitana sendo revestido da maior importância. A pesquisa de campo realizada em 2010 para o desenvolvimento da tese de doutorado desvelam que tais práticas culturais em louvor a Nossa Senhora do Rosário são manifestações culturais ressignificadas que revivem a história e a memória coletiva de outrora, configurando-se em uma expressão de devoção e sociabilidades de intenso significado recriadas no tempo presente.

Palavras-chave: Irmandade do Rosário dos Pretos. Religiosidades. Sociabilidades.

Introdução

A cidade de Monte do Carmo, no atual Estado do Tocantins, apresenta variadas peculiaridades no contexto da história do antigo Norte goiano. Fora vagamente conhecida ao longo do período histórico que pertencia ao território de Goiás, aparecendo na literatura historiográfica como um dos arraiais produtores de abundante ouro ainda no século XVIII. Naquele contexto além dos indígenas que há tempos ali habitavam, afluíram para o antigo Arraial do Carmo bandeirantes empenhados na exploração de minérios, acompanhados por homens e mulheres africanos e afro-descendentes para trabalharem nas minas auríferas como instrumentos facilitadores para a exploração aurífera.

A exemplo de outros arraiais mineratórios, a descoberta de ouro no Arraial do Carmo também contribuiu com a instituição de irmandades de leigos¹. De acordo com Souza (2002, p.182),

¹ É relevante destacar a importância da historiografia mineira nesse processo pioneiro dos estudos sobre irmandades, posto que, o interesse pela temática tem uma referência significativa nas obras de: Diogo de Vasconcelos (1934) - *A arte em Ouro Preto*; Zoroastro Passos (1942) - *Em torno da história do Sabará*; Flitz Teixeira de Salles (1963) - *Associações Religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII*; e, Caio César Boschi (1986) - *Os leigos no poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*.

as irmandades leigas, organizadas em torno do culto a um santo padroeiro, existiram em toda a América espanhola e portuguesa; entretanto, nesta última ganharam maior importância, disseminando até nas mais longínquas localidades do Brasil, tornando-se o principal instrumento de propagação do catolicismo na área de mineração. Dessa maneira, as Irmandades de Senhora do Rosário, difundidas em várias partes do território brasileiro, floresceram também no Arraial do Carmo, no antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins (MESSIAS, 2010). As irmandades tiveram dinâmicas distintas nas diferentes regiões auríferas, conferindo experiências religiosas diversas para seus membros. Scarano (1978, p. 27) assinala que, partindo de modelos portugueses, as irmandades procuraram adaptar-se às circunstâncias locais, sem perder as características de suas origens.

Borges (2005) demonstra que, nos séculos XVIII e XIX, as irmandades congregavam pessoas de determinados segmentos sociais, conforme a profissão, situação econômica, cor, ou mesmo a condição social (escravo, forro ou livre). Estas associações consistiam no único lugar possível, do ponto de vista legal, para as reuniões e organização de festas. Era também o espaço no qual homens e mulheres, originários da África Centro-Occidental, e também cativos nascidos em território brasileiro, se encontravam. Borges aponta que a festa era um acontecimento em que o irmão sentia inverter-se simbolicamente a sua condição de escravo, forro e oprimido e entrar em um novo tempo, de encontro e de aconchego; momento em que o grupo de irmãos se tornava forte pela convivência ritual. Desse modo, beber, comer e festejar juntos significava uma força simbólica intensa, visto que recriava e reforçava a troca da afetividade, da amizade e da solidariedade. A autora entende que as irmandades se inspiravam nas festas da tradição católica européia e comemoravam anualmente festas ao seu orago².

Uma das principais atividades das irmandades era a promoção da vida lúdica, ou estabelecer o estado de lazer e prazer de seus membros e da comunidade negra em geral. Assim, as irmandades organizavam festas em homenagem aos santos padroeiros, ou de devoção; tais festividades representavam o momento máximo das sociabilidades dessas associações, tornando a vida mais interessante.

A Irmandade de Senhora do Rosário dos Pretos, associação que congregava negros de vários extratos sociais – como o forro e o escravo – estendeu-se por várias regiões do país. Tal irmandade foi de fundamental importância para integração e para a (re)afirmação identitária cultural do homem e da mulher de cor na sociedade brasileira.

² O santo da invocação que dá o nome a uma capela ou templo (FERREIRA, 2001).

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que aqui se examina teve papel relevante no processo de consolidação das práticas culturais e de estruturação da sociedade carmelitana.

Uma das manifestações culturais mais apreciadas pela comunidade local, herança da irmandade da referida invocação, são as festividades que homenageiam Nossa Senhora do Rosário, realizadas no mês de julho e outubro. Tais festejos compõem-se de um conjunto de manifestações culturais mesclados por missas, procissões, sermões, coroações de rei e rainha, novenas, leilões, levantamento de mastros, cortejos com danças, tambores, congos, taieiras, fogos de artifício, além de farta comidas e bebidas (MESSIAS, 2009).

O conjunto destas festividades em louvor a Senhora do Rosário é revestido da maior importância para a comunidade, posto que movimentava a vida cotidiana, atraindo inúmeras pessoas dos mais variados estratos sociais, da área urbana, rural e de cidades circunvizinhas, concentrando esforços da comunidade local, no sentido de organizar a cidade, bem como, suas casas para receber os hóspedes.

Tanto homens e quanto mulheres cativos ou não encontravam no reduzido cenário do antigo Arraial do Carmo mecanismos de trabalho associativo no interior do universo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que lhes possibilitavam construir redes de sociabilidades e práticas religiosas que ainda hoje os carmelitanos recriam e revivem anualmente.

Irmandade do Rosário dos Pretos: sociabilidades cotidianas no antigo Arraial do Carmo

Nos arquivos paroquiais da Igreja Matriz de Monte do Carmo, durante a pesquisa de doutorado, localizei alguns manuscritos esparsos, alusivos à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, datados do século XIX. Tais documentos foram recuperados pelo pároco Pedro Nunes de Novais, no Cartório de Registro Civil,³ em 2009. Esses documentos, escritos pelos escrivães da associação religiosa – embora fragmentados e de difícil leitura⁴ – são consistentes e ajudaram a desvelar partes da existência da irmandade, enquanto organizadora e difusora da

³ Conforme relatos orais, esses documentos foram encontrados no Cartório de Registro Civil e com a concessão da tabeliã Belarmina Barbosa, a senhora Nazareth Gomes Alves os levou para a Gráfica da Câmara dos Deputados, em Brasília, sendo restaurados na seção de conservação e restauração da Coordenação de Preservação de Bens Culturais da Câmara dos Deputados do Distrito Federal. Juntamente a esses documentos encontram-se Atas da Junta de Alistamento dos cidadãos para o serviço do exército e armada referentes ao final do século XIX. Depois de restaurados, esses documentos foram devolvidos ao padre Manoel Rodrigues em 10 de novembro de 2007, na ocasião da cerimônia de entrega das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, sendo devolvidos, por este, ao mesmo Cartório. Em 2009, ao obter informações desses documentos, o padre Pedro Nunes de Novais solicitou a guarda para a Casa Paroquial de Monte do Carmo.

⁴ Devido ao tipo da escrita e também por estarem em estado avançado de danificações.

devoção aos santos e das festas, no antigo Arraial do Carmo. No entanto, tal documentação suscita diversas indagações: onde se encontra o livro de Compromisso e demais documentos da associação? Quando foi instituída? Quando e por qual motivo findou-se? Qual a condição social dos membros? Como funcionava a hierarquia entre eles?

Não nos cabe responder tais indagações, uma vez que, a documentação constitui-se de registros avulsos que não apresentam termos quer de entrada, quer de encerramento. Contudo, existe uma variedade de Termos de Mesa, datados de 1812 a 1880, que auxiliam a compor um quadro sobre as práticas de sociabilidades proporcionadas aos membros da Irmandade do Rosário dos Pretos.

Nos manuscritos da irmandade encontram-se diversos Termos de Mesa relacionados à doação de fundos; vários recibos de receitas e despesas, que mostram os recebimentos e pagamentos efetuados; além dos que versam sobre a prestação de contas, referentes aos anos de 1879 e 1880. Há uma lacuna de registros referente ao período de 1826 a 1879 e isso nos leva a questionar: algo teria acontecido neste intervalo temporal com a irmandade? Houve um enfraquecimento da irmandade e das festividades? Além dos efeitos corrosivos do tempo e de intempéries naturais, tudo indica que o processo de arquivamento danificou os registros da associação.

Termo de Mesa que fiz a Irmandade do Rosário aos 4 de junho de 1813. Aos quatro dias do mes de junho de mil oitocentos e treze neste Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Manoel em consistório dessa mesma Irmandade, onde se achava Rey, rainha, juizes, e mais irmãos asentar ao meu dito irmão que como vinha acons[?] a festividade da mesma festa hera justo que das esmolos que sobraram em meza e joias que apresentarem os reis e mais juizes semandace cantar a missa em louvor de Nossa Senhora edos remanecentes semandace cobrir ou retilhar e reparar as goteiras que havião na mesma Igreja e tilhado desta antes que por isso semandace e do que sobrace se pagace ao thesoureiro a que a dita Irmandade lhe esta a dever doq tem assistido de sua algibeira para as despesas de como asim adevolverão easentarão para a todo o tempo constar fis este termo em que assignarão e eu Lino Manoel de Oliveira Negri escrivão da Irmandade que o escrevi e asignei. (Seguem-se várias assinaturas).

Observa-se que por intermédio da Mesa administrativa, os irmãos procuravam gerenciar os seus negócios e tomavam decisões de caráter interno e externo. A partir das atas das reuniões da Mesa administrativa da irmandade, certifica-se que os rendimentos, em primeiro lugar destinavam-se a organização das festividades, e posteriormente, se sobrasse deveriam destinar-se, respectivamente, ao pagamento do canto da missa em louvor a Nossa Senhora, reparos das goteiras da Igreja e ressarcimento ao tesoureiro. A historiadora Julita Scarano (1978, p. 74) em seus estudos sobre as irmandades Rosário do Distrito Diamantino, destaca que o tesoureiro teria que ser alguém com posses, capaz de arcar com as responsabilidades financeiras da associação. A autora salienta

que “muitas vezes as associações ficavam devendo ao ‘irmão tesoureiro’, que teria que esperar até que elas pudessem satisfazer seus compromissos. Os tesoureiros deveriam, ainda, ser pessoas de “bom nome”, capazes e inteligentes. Existiam situações em que o próprio compromisso exigia que se colocasse um branco nesta função.

Observa-se, por meio das datas registradas nos Termos de Mesa, que a comunidade confrarial do Arraial do Carmo se reunia anualmente nos meses de abril, maio e junho para discutir e deliberar. Os manuscritos mostram que as Mesas eram anuais, cabendo ao escrivão o registro das deliberações. Em seus estudos sobre irmandades em terras mineiras, Aguiar (2001, p. 370) atesta que, normalmente, as eleições e festas, quando não ocorriam no mesmo dia, eram realizadas em dias ou semanas subsequentes:

Essas ocasiões coincidiam com os atos de entrega de esmolas e pagamento de anuais e de entradas dos irmãos, enquanto durante o ano se faziam as coletas regulares de esmolas da bacia e da caixinha, além do recebimento de rendimentos avulsos, como acompanhamento de enterros, aluguéis de casas e recebimentos de legados. Eram, portanto, os momentos fortes de contribuição econômica das irmandades, e os irmãos conheciam muito bem os riscos da ausência de festejos para a sobrevivência da devoção.

No manuscrito, de 1826, o escrivão da Irmandade do Rosário dos Pretos do Arraial do Carmo, Joaquim Guilherme da Gama confirma a presença do rei e da rainha ocupando título hierarquicamente superior na organização das festividades, como se pode observar no trecho a seguir:

Termo de mesa que fiz a Irmandade do Rosário aos 4 de mayo de 1826. Neste mesmo dia quatro do ditto mes de mayo de mil oitocentos e vinte seis, neste Arraial de Nossa Senhora do Carmo em consistório da mesma Irmandade, onde eu escrivão [?.] aparecerão presentes o **Rey, rainha**, juizes, procuradores e mais irmãos [...] que deu esmola que [...] em mesa [...] a Senhora com novena, missa cantada e que havendo sobra tivesse o thesoureiro todo zelo e cuidado no reparo da [...] e os mais preciso, que tudo se lhe levaria em conta [...] no que havendo estas e como afim o deverão asignar pelo **Rei e Rainha** Joaquim de Oliveira Negri, epelo os mais juizes Alberto A. Corrêa, na circunstancia de não saberem escrever e para constar escrever o presente termo em que me asignei e juntamente o thesoureiro Joaquim Guilherme da Gama o escrivão escrevi. Seguem várias assinaturas, entre legíveis, João Manoel de Oliveira Negri, Alberto A. Corrêa.

Observa-se que o rei, a rainha e o juiz não dominavam a escrita e por isso o escrivão escreveu e juntamente com o tesoureiro assinou o documento. Interpretando alguns destes documentos, fica evidente que o rei e a rainha estiveram presentes, ocupando cargo importante, desde o século XIX, na organização ritual daquela irmandade.

Segundo Scarano (1978, p. 130), no Distrito Diamantino, o cargo de escrivão e tesoureiro costumava ser ocupado por brancos; “muitas vezes os compromissos acentuam a necessidade de se colocar o branco nessas funções, consideradas difíceis e complexas”. No tocante à Capitania de

Goiás, no século XVIII, Moraes (2006, p. 158) atesta que entre as irmandades que aceitavam somente pretos escravizados, a de Nossa Senhora do Rosário foi a que mais se notabilizou, salientando que nas irmandades de pretos, em Vila Boa e em São José do Tocantins, seus membros não aceitavam brancos nem para os cargos de escrivão e tesoureiro, pois entre os próprios “homens e mulheres de cor”, haveria quem soubesse ler, escrever e fazer contas.

A ajuda aos irmãos era uma prática de todas as irmandades, conforme as condições financeiras de cada uma. A extensão aos assistidos variava de acordo com a prática caritativa (BORGES, 2005, p. 110). Alguns Termos de Mesa da Irmandade do Rosário do Arraial do Carmo, do ano de 1813, desvelam que esse ideal caritativo permaneceu naquela irmandade.

Infere-se, por meio dos registros de recebimentos que, a maior fonte de renda da Irmandade do Rosário provinha de doações. As quantias de oitavas de ouro eram variadas, como se verifica nos recibos, feitos pelo rei e pela rainha, que foram entregues ao tesoureiro José de Souza Ribeiro, em 7 de junho de 1813:

Carmo 1813 junho 7

Carrego de carga viva ao thesoureiro da Irmandade de Senhora do Rosário capitão José de Souza Ribeiro dezeceis oitavas de ouro que tanto apresentou em mesa o rei Valderio [...] o dito thesoureiro recebeu [...] por intrega asignado o seu recebimento com migo Lino Manoel de Oliveira Negri escrivão que escrevi. Lino Manoel de Oliveira Negri.

Nos manuscritos da irmandade da referida invocação fica evidente que o rei ocupava o título de soberano, vez que era responsável pela arrecadação dos rendimentos que seriam utilizados na realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Moraes Filho (1979, p. 227) aponta que no Rio de Janeiro essa tarefa também era incumbida a aqueles personagens. Uma petição datada em 3 de dezembro de 1748 da Irmandade do Santo Rei Baltasar, alocada na Capela de Nossa Senhora da Lampadosa, pede permissão para o imperador, rei, rainha e mais adeptos recolherem doações para o festejo:

Il.mo e Ex.mo Sr. Desembargador Ouvidor Geral do Crime: - Dizem o Imperador, o Rei, a Rainha e mais adeptos da nação do Santo Rei Baltasar, que eles costumam, em os domingos e dias santos festivos, tirar as suas esmolas por meio de danças e brinquedos que fazem com todo o recato e sossego, sem inquietação e perturbação alguma como é notório, cujas esmolas são aplicadas com o necessário às festividades do Santo Rei.

Scarano (1978, p. 69) assinala que o “petitório” consistia em um dos meios empregados para obtenção de fundos. A autora menciona que pessoas encarregadas pela organização percorriam vila e arraiais, a fim de pedir doações. Souza (2002, p. 209) atesta em sua pesquisa que as coletas de fundos por membros das irmandades era cena comum nas ruas das cidades coloniais, quando muitas vezes danças e tambores africanos entrecruzavam com as folias de origem ibérica, que também percorriam as ruas ao som de música e carregando estandartes, recolhendo donativos para as cerimônias festivas dos santos padroeiros.

Com base na documentação do século XIX da Irmandade do Rosário dos Pretos do Arraial do Carmo, pode-se afirmar que essa não diverge de suas congêneres mineiras, nem de outras irmandades das diferentes regiões brasileiras, no que se refere ao costume de coletar doações.

Há recibos de prestação de contas das movimentações financeiras, datados de 5 de maio de 1879, registradas pelo escrivão Clemente Rodrigues da Silva, da referida irmandade do Arraial do Carmo. Este controle revela que as “esmolas da Festa da Senhora do Rosário rendeu naquele ano de 1879 a quantia de 62\$640”. Observa-se, mais uma vez, que uma quantia significativa das despesas era destinada para a promoção da Festa de Nossa Senhora do Rosário, demonstrando que as festividades eram cruciais para a associação. Outros gastos eram feitos com a manutenção e reparos no prédio da Igreja e promoção de missas em louvor a Santa de devoção.

Aguiar (2001, p. 365-3) menciona que, em geral, as irmandades empregavam entre vinte e quarenta por cento de seus rendimentos nas festividades, podendo o valor crescer ou decrescer em razão dos compromissos de reformas e construção dos templos, uma vez que os empreendimentos eram de significativa relevância para estas associações. O autor atesta ainda que, prevendo deslocamentos das despesas das festividades para reparos do templo, manutenção do altar ou “despesas precisas”, os Compromissos solenizavam a ausência da festa com missa rezada e reunião de irmãos, registrando termo de explicação do ocorrido.

Quando se trata da estrutura financeira da Irmandade do Rosário dos Pretos, no Arraial do Carmo, os documentos revelam que os membros adquiriam seus recursos, provavelmente, por meio de doações. Borges (2005) afirma que, em terras mineiras, foram várias as formas encontradas para suprir o seu custeio, construir Igrejas e formar um patrimônio. A arrecadação de recursos se processava de variadas formas, tais como “jóias” pagas pelos irmãos no ato da entrada e anuidades, donativos coletados à porta de suas Igrejas e no arraial, doações e arrecadação de fundos nas festas, acompanhamento de féretro⁵, doações deixadas em testamentos e valores advindos do aluguel de imóveis da instituição.

A prática de recolher fundos esteve presente em todas as irmandades, favorecendo um elevado percentual de receitas para custear suas despesas. Relatos deixados por Debret (1940, p. 141), na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, apontam uma forma de coleta de donativos na época das festas da irmandade:

Logo cedo, ao tiro de canhão, os pedintes saíam das confrarias atrás dos devotos, que se dirigiam à primeira missa, sem descartar outros como marinheiros, não menos religiosos

⁵ O acompanhamento de féretro dos que não fossem irmãos era outra prática comum para a arrecadação de recursos financeiros. As irmandades prestavam serviços funerários com maior ou menor pompa, tendo para isso uma tabela específica dos serviços prestados. (BORGES, 2005, p. 94).

[...], e vendedores instalados nos portos de desembarque dispostos a sacrificar alguns vinténs na esperança de um dia feliz.

Borges (2005, p. 94) argumenta que essa prática fazia das festas o catalisador de um grande volume de recursos. Segundo a autora, a grande fonte de receitas para a confraria do Rosário provinha da organização de festas. Antes da semana da festa, os irmãos costumavam arrecadar ofertas e prendas nas vilas. Algumas irmandades organizavam, ainda, festejos para angariar donativos, a fim de patrocinar o grande ritual. Esse fato ocorreu em São João Del Rei, onde os irmãos de cada “nação” faziam a sua coleta por meio de folguedos em dias diferentes da semana.

Com base na documentação analisada, é possível recuperar parte da história da Irmandade do Rosário e dos seus membros no Arraial do Carmo. Observa-se, como já foi dito, por meio destes documentos, que o rei e a rainha estiveram presentes, ocupando cargo importante, desde o século XIX, na organização ritual daquela irmandade, e na realização das festividades. Segundo Borges (2005), nas irmandades de homens negros, havia os reis e as rainhas, além de juízes e juízas, escrivão, tesoureiro e procuradores. Em algumas, o poder dos reis e das rainhas estava acima dos seus confrades. No dia da festa, depois de entronizados com suas insígnias, os reis desfilavam com seu séquito em uma demonstração simbólica de poder; o ritual decorria em lugar especialmente preparado para o efeito e cercado de pompa, recebendo o rei e a rainha os seus distintivos: a coroa, o manto e o cetro; a rainha com suas mucamas e mulheres instrumentistas. A festa tinha, em uma palavra, a função de espelhar a realeza, os “Reis do Congo”, enquanto representantes da organização fraternal.

Segui os rastros dos documentos da Irmandade do Rosário dos Pretos do Arraial do Carmo. Dessa maneira, denota-se que os atuais festejos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Monte do Carmo, já contavam, no século XIX, com um grau de organização significativo, uma vez que os registros certificam que havia a constituição de uma irmandade em que seus membros arrecadavam recursos e promoviam festas devocionais.

Embora não se tenha encontrado os Termos de Compromisso que comprovassem as normas da referida associação, os fragmentos contidos nos Termos de Mesa apontam para a hipótese de que a Irmandade do Rosário, em Monte do Carmo, era composta, em grande parte, por pretos e pardos escravos.

É provável que a Irmandade do Rosário dos Pretos, no Arraial do Carmo tenha desenvolvido um papel primordial na organização da vida social e religiosa, reproduzindo na sociedade carmelitana, além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, práticas sociais e culturais que foram recriadas de acordo com as circunstâncias locais e, assim, adquirindo com o tempo novos significados. (MESSIAS, 2015)

Algumas Considerações

As irmandades, nas diversas regiões brasileiras, instituíram uma religiosidade própria. Denota-se que a Irmandade do Rosário dos Pretos desempenhou funções significativas no antigo Arraial do Carmo, enquanto mantenedora da ordem devocional, do bem-estar coletivo e aglutinadores sociais. Todavia, há ainda, muitas questões a serem desveladas a respeito da presença da Irmandade do Rosário, no Arraial do Carmo. Diante dessa importância, faz-se necessário um estudo minucioso sobre os documentos da associação, uma vez que tais análises, certamente, nos fornecerão dados interessantes sobre a cultura afro-brasileira e as festas populares na sociedade tocantinense.

É digno de nota o fato de que hoje temos a honra de testemunhar na cidade de Monte do Carmo, Antigo Arraial do Carmo, as festividades de Nossa Senhora do Rosário, com suas inúmeras expressões como ritual da Caçada da Rainha (MESSIAS, 2012), Reinado da rainha, os congos, as taieiras, os “comes e bebes”, levantamento de mastro, cortejos. Tais manifestações culturais que não cansamos de testemunhar foram custeadas e promovidas pela Irmandade do Rosário dos Pretos, no século XIX.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário é repetida todos os anos na cidade de Monte do Carmo, mas não é imóvel e nem imutável (VOVELLE, 1987). Em constante movimento ao longo do espaço e do tempo, a festividade em Monte do Carmo favorecem práticas de sociabilidades e reafirmam as identidades dos carmelitanos, configurando-se em uma importante prática cultural que homenageia Nossa Senhora do Rosário. Há, ao longo dos anos, novos significados, perdas, mudanças, adaptações e incorporações de novos elementos e símbolos, que, efetivamente, ressignificam essa forma de devoção.

Referências:

AGUIAR, Marcos Magalhães de. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de minas colonial. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: USP: Fapesp, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – século XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos no poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do santo de preto*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: UFG, 1985.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca a Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.
- MANUSCRITO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Carmo. Recibos datados em 7/06/1813.
- MANUSCRITO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Carmo. Recibos datados em 5/06/1879.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. *No ritmo dos congos, em louvor a Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo, Tocantins, Brasil*. In: Livro de Atas 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa-XII CONLAB. Lisboa, 2015. p. 5594-5607.
- _____. *Caçada da Rainha: devoção, fé e sociabilidades na festa de Nossa Senhora do Rosário em Monte do Carmo* In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz; VIANA, Letícia C. R. (Orgs.) *As artes populares no Brasil Central: performance e patrimônio*. Brasília: Idade da Pedra, 2012. p. 375-394.
- _____. *Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO*. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 2010.
- MESSIAS, N. C. Taieiras: religiosidade e sociabilidade na festa de Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo (TO). In: *XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões–Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades*. Goiânia, UFG, 2009. p.2-12.
- MORAES, Cristina de Cássia P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás -1736-1808*. Lisboa: UNL, 2006. (Tese de doutorado).
- PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 5. ed. Goiânia: UCG, 1989.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional / Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
- SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no ciclo do ouro: Introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF / UFG, 1992.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravagista: História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.